



RESOLUÇÃO Nº 137/2014-CI/CCS
(revogado pela Resolução nº 110/2015-CCS)

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, neste Centro, no dia 07/11/2014.

Kleber Guimarães
Secretário

Aprovar novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura – Turno Noturno.

Considerando o contido no Processo 01265/1998-PRO.
Considerando o disposto na Resolução nº 010/2010-CEP.
Considerando o disposto na Resolução nº 126/1998-CEP.
Considerando o disposto nos Inciso V e XXIII do artigo 48 da Resolução 008/2008-COU.
Considerando o disposto no §2º do Inciso X do artigo 47 da Resolução 008/2008-COU.

O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE APROVOU E EU, DIRETORA ADJUNTA, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aprovar o novo Projeto Pedagógico do **Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura – Turno Noturno**, conforme anexo I, parte integrante desta Resolução, a vigorar a partir do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 22 de outubro de 2014.

Sandra Marisa Pelloso.
Diretora Adjunta.

ADVERTÊNCIA:

O prazo recursal termina em 14/11/14. (Art. 95 - § 1º do Regimento Geral da UEM)



ANEXO I

**Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física
- Licenciatura – Turno Noturno -**

1. IDENTIFICAÇÃO						
1.1. Curso de: Educação Física						
Habilitação: Licenciatura						
Ênfase: Licenciatura						
Área: Educação Física						
1.2. Órgãos de Vinculação e Local de Oferta do Curso						
Centro: Ciências da Saúde						
Departamento: Educação Física						
Câmpus: Sede Maringá						
1.3. Turno de Funcionamento						
<i>Matutino</i>	<i>Vespertino</i>	<i>Integral: Matutino/Vespertino</i>	<i>Integral: Vespertino/Noturno</i>	<i>Noturno</i>	<i>EAD</i>	
				X		
1.4. Número de Vagas						
<i>Matutino</i>	<i>Vespertino</i>	<i>Integral: Matutino/Vespertino</i>	<i>Integral: Vespertino/Noturno</i>	<i>Noturno</i>	<i>EAD</i>	<i>TOTAL</i>
				15		
1.5. Regime Acadêmico de Oferta do Curso						
<input checked="" type="checkbox"/> Seriado Anual						
<input type="checkbox"/> Matrícula por Disciplina / Créditos						
1.6. Grau Acadêmico do Curso						
<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura			<input type="checkbox"/> Tecnologia			
<input type="checkbox"/> Bacharelado			<input type="checkbox"/> Programa de Formação Pedagógica			
<input type="checkbox"/> Licenciatura e Bacharelado			<input type="checkbox"/> Formação Específica da Profissão			
<input type="checkbox"/> Programa de Formação Docente:			<input type="checkbox"/> Sequencial por Campo de Saber:			
<input type="checkbox"/> 1ª Licenciatura			<input type="checkbox"/> Formação Específica			
<input type="checkbox"/> 2ª Licenciatura			<input type="checkbox"/> Complementação de Estudos			
1.7. Modalidade de Oferta do Curso						
<input checked="" type="checkbox"/> Presencial			<input type="checkbox"/> A Distância			

.../



1.8. Atos Legais de Regulação				
1.8.1. Autorização				
Atos	Órgão	Nº	Data	Publicação: Órgão/Data
Ato Executivo	GRE/UEM			
Parecer	CEE/PR			
Resolução	COU/UEM	04/71		
Resolução	COU/UEM	06/72		

1.8.2. Reconhecimento				
Atos	Órgão	Nº	Data	Publicação: Órgão/Data
Parecer	CEE/PR	1.655/76	01/06/76	CESu, 3º Grupo (DFE)
Resolução	SETI/PR			
Decreto	Estado	78430	16/09/1976	
Prazo do Reconhecimento: 5 anos		Vigência: de ___/___/___ a ___/___/___		

1.8.3. Renovação de Reconhecimento				
Atos	Órgão	Nº	Data	Publicação: Órgão/Data
Parecer	CEE/PR			
Resolução	SETI/PR			
Decreto	Estado	5734	10/11/2009	
Prazo da Renovação: 5 anos		Vigência: de 10/11/2009 a 10/11/2014		

2. BASE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E EXERCÍCIO PROFISSIONAL
2.1. Legislação Federal Referente à Organização Curricular
2.1.1. Legislação COMUM A TODOS OS CURSOS

Ato/Órgão	Nº	Data	Ementa
Parecer CES/CNE	01/2002	18/02/2002	Diretrizes Curriculares para formação de professores da Educação Básica em cursos de Licenciatura Plena em nível superior.
Resolução CES/CNE	02/2002	19/02/2002	Estabelece carga horária os cursos de Licenciatura para formação de professores da Educação Básica em nível superior.
Súmula CFE	03	21/11/1991	Estabelece que não há direito adquirido a currículos, tanto por parte do aluno quanto da escola.
Decreto Federal	5.296	02/12/2004	Regulamenta a Lei nº 10.048/2000 (atendimento prioritário) e Lei nº 10.098/2000, que dispõem sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.

.../



<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Decreto Federal	3.298	20/12/1999	Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 que dispõe sobre a política nacional para integração da pessoas portadora de deficiência.
Decreto Federal	7.611	17/11/2011	Dispõe sobre a educação especial.
Lei Federal	7.853	24/10/1989	Apoio a pessoas portadoras de deficiência e sua integração.
Lei Federal	10.048	08/11/2000	Atendimento prioritário a pessoas que especifica.
Lei Federal	10.098	19/12/2000	Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.
Portaria MEC	3.284	07/11/2003	Requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Resolução CNE/CES	03	02/07/2007	Procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências
Lei Federal	11.788	25/09/2008	Dispõe sobre o Estágio de Estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.
Lei Federal	9.795	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Decreto Federal	4.281	25/06/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Resolução	02	15/06/2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
Resolução CNE/CP	01	30/05/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Portaria MEC	4.059	10/12/2004	Dispõe sobre a introdução de disciplinas ofertada na modalidade a distância ou semi-presenciais, até 20% da carga horária total, para os cursos presenciais.
Resolução MEC/CONAES	01	17/06/2010	Normatiza a criação do Núcleo Docente Estruturante - NDE
Portaria MEC	1.793	27/12/1994	Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes, e outros profissionais que interagem com portadores de

.../



<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
			necessidades especiais e dá outras providências.

2.1.2. Legislação Específica para Licenciaturas

<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Lei Federal	10.436	24/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Lei Federal	12.319	1º/9/2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Interpretador de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Lei Federal	10.639	09/01/2003	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências
Decreto Federal	3.276	06/12/1999	Dispõe sobre a formação, em nível superior, de professores para atuar na educação básica. Alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 3.554, de 7 de agosto de 2000.
Decreto Federal	5.626	22/12/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/4/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000.
Resolução CNE/CEB	02	11/09/2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Parecer CNE/CP	03	10/03/2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Resolução CNE/CP	01	17/06/2004	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Deliberação CEE/PR	04	2/8/2006	Normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Resolução CNE/CES	02	30/01/2012	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
Resolução CNE/CP	01	18/02/2002	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
Resolução CNE/CP	02	19/02/2002	Institui a duração e a carga horária dos

.../



<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
			cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
Resolução CNE/CP	01	15/05/2006	Institui as Diretrizes Curriculares e carga horária para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.
Portaria MEC	2.252	21/08/2003	Dispensa carga horária de alunos participantes em programas de educação de jovens e adultos, nas atividades práticas dos cursos de licenciatura.

2.2. Legislação Estadual

<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Deliberação CEE	01	09/4/2010	Fixa normas para as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições e de cursos de educação superior no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

2.3. Legislação Interna da UEM

2.3.1. Estatuto

<i>Comando</i>	<i>Texto Legal</i>
Art. 5º	Autonomia da UEM para criar, organizar, modificar, extinguir e aprovar os projetos pedagógicos de seus cursos.
Art. 11	Competência do COU para criar e extinguir cursos.
Art. 14	Competência do CEP para definir diretrizes gerais do ensino de graduação e para aprovação e modificação em Projeto Pedagógico, currículos e fixar número de vagas.
Art. 18	Competência do CAD para emitir parecer sobre criação, organização e modificação de cursos.
Art. 48	Competência do CIC PARA aprovar modificação dos currículos e projetos pedagógicos, nos casos em que não haja impacto financeiro. Opinar sobre a criação, expansão e organização de cursos.
Art. 52	Modalidades de cursos ofertados pela UEM.
Art. 53	Finalidades dos cursos de graduação.
Art. 54	Vinculação dos cursos de graduação.
Art. 56	Formas de organização curricular.
Art. 61	Coordenação didática dos cursos de graduação.
Art. 62	Responsabilidade pela oferta de disciplinas.
Art. 63	Forma de composição e componentes curriculares.
Art. 64	Legislação base para os currículos de cada curso de graduação.
Art. 65	Currículos de profissões regulamentadas por lei.

.../



Comando	Texto Legal
2.3.2. Regimento Geral	
Art. 20	Competências do departamento, quanto à criação de cursos e aprovação de Planos de Ensino de Disciplinas.
Art. 32	Organização curricular.
Art. 33	Rotina e legislação para organização curricular.
Art. 34	Rotina para aprovação de Projetos Pedagógicos.
Art. 36	Regimes acadêmicos da UEM.
Art. 52	Organização curricular e Projeto Pedagógico.
Art. 53	Regras básicas para composição da carga horária total dos currículos e duração dos cursos de graduação.
Art. 54	Organização e aprovação do Plano de Disciplina no Projeto Pedagógico e Plano de Ensino de Disciplina para oferta.
Art. 59	Atribuições do Conselho Acadêmico quanto à modificação de currículos e projetos pedagógicos, avaliação de cursos e solicitação do número de vagas para ingressos.

2.3.3. Instrumentos Normativos			
Ato/Órgão	Nº	Data	Ementa
Resolução CEP	010	2010	Diretrizes Gerais do Ensino de Graduação.
Resolução CEP	119	2005	Criação de cursos na modalidade de educação a distância.
Resolução CEP	021	2/4/1997	Normas para reconhecimento de Atividades Acadêmicas Complementares - AACs.
Resolução CEP	130	24/8/2005	Composição de turmas teóricas e práticas.
Resolução CEP	134	24/10/2007	Duração da hora-aula e forma de adequação para cumprir carga horária das Diretrizes Curriculares Nacionais.
Resolução CEP	009	23/6/2010	Estágio Supervisionado - Normas para organização e funcionamento.
Resolução CEP	058	3/5/2006	Estágio Supervisionado e TCC - contagem de carga horária para orientação docente.
Resolução CEP	118	6/10/2004	Diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura da UEM.
Resolução CEP	184	20/12/2000	Cálculo do tempo de integralização curricular.
Resolução CEP	090	25/5/2005	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - Normas
Resolução CEP	060	14/6/2006	Turnos dos cursos de graduação.
Resolução COU	015	26/6/2006	Aprova procedimentos para Auto-avaliação da UEM coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.
Resolução CAD	492	6/10/2005	Aprovação de Projeto Pedagógico pelo Conselho de Administração, quando envolver recursos financeiros.

2.4. Legislação Reguladora do Exercício Profissional

.../



Ato/Órgão	Nº	Data	Ementa

3. HISTÓRICO

3.1. Institucional

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criada pela Lei Estadual Nº 6.034, de 06/11/69 (D.O.E. de 10/11/69 p. 1) - Autoriza a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba.

O Decreto Estadual Nº 18.109, de 28/01/70 (D.O.E. de 30/01/70 p. 1) - Cria, sob forma de fundação, a Universidade Estadual de Maringá e dá outras providências.

O Decreto Estadual Nº 532/75, de 26/05/75, aprova em caráter definitivo o Estatuto da Universidade.

O Decreto Federal Nº 77.583, de 11/05/76 (D.O.U. de 12/05/76) - Concede Reconhecimento à Universidade Estadual de Maringá.

A Lei Estadual Nº 9.663, de 16/07/91 (D.O.E. de 16/07/91 p. 4) - Transforma em Autarquia a Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Caracterização como Instituição de Utilidade Pública:

- A Lei Municipal Nº 820/71, de 02/03/71 - Maringá/PR - Declara de "Utilidade Pública" a Fundação Universidade Estadual de Maringá.
- O Ato Declaratório Nº 37/71, da Delegacia da Receita Federal.
- O Registro Nº 33334.000004/85.29.00, de 29/03/90, do Conselho Nacional de Serviço Social, por se tratar de Instituição criada pelo Poder Público Estadual.
- O Decreto Estadual Nº 2.276, de 11/01/88 (D.O.E. de 12/08/88 p. 4) - Institui a gratuidade do Ensino Superior, nas Universidades e Faculdades isoladas, mantidas pelo Estado do Paraná.

A UEM, criada como entidade de direito público, é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, tendo sido transformada em autarquia, mantida sua personalidade pública.

Até a criação da UEM, no ano de 1970, o atendimento às necessidades da educação superior em Maringá era suprido por três instituições estaduais isoladas de ensino superior: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966.

No conjunto, estas faculdades ofereciam um total de sete cursos de graduação: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências de 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A Lei Estadual nº 6.034 de 6 de novembro de 1969 autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes na cidade. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28 de janeiro de 1970 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (UEM). Seu reconhecimento pelo Governo Federal ocorreu em 11 de maio de 1976, por meio do Decreto Federal nº 77.583. No ano de 1991 o Governo do Estado do Paraná transformou as instituições públicas por ele mantidas em autarquia estadual, conforme disposto na Lei Estadual nº 9.663 de 17/07/91, mantendo a mesma denominação da Universidade Estadual de Maringá.

Os primeiros sete anos da Instituição, de 1970 a 1976, foram marcados pela ocupação gradativa do Câmpus definitivo e pela implantação de 15 cursos de graduação: Matemática, Química e Administração, em 1971; Engenharia Química e Engenharia Civil, em 1972; Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Física, em 1973; Farmácia-Bioquímica, em 1974; Processamento de Dados e Zootecnia, em 1975. Os cursos de Engenharia, Matemática, Química e Física passaram a ser coordenados pelo Instituto de Ciências

.../



Exatas e Tecnológicas (ICET), criado em 1972.

Até o reconhecimento da Universidade pelo Governo Federal, por meio do Decreto Federal nº 77.583, de 11 de maio de 1976, foi mantido o modelo estrutural de três faculdades e um instituto. A partir dessa data, adotou-se o modelo de departamentos, como menor fração da unidade universitária, coordenados por centros de estudos. A coordenação didático-pedagógica dos cursos passou a ser exercida pelos colegiados de curso e os departamentos assumiram, então, características mais administrativas.

No ano de 1977 foi criado o curso de Agronomia. A partir de 1978, foram identificadas algumas tendências que, sistematizadas por temas, enfocavam as atividades-fim da Universidade: ensino, pesquisa, extensão, cultura e as atividades administrativas.

No ensino, procurou-se a melhoria de sua qualidade por meio de incentivo ao desenvolvimento de projetos de ensino, aumento do número de monitores e também pela realização de eventos sobre a temática.

Os currículos dos cursos foram redefinidos com o objetivo de atualizá-los e torná-los mais flexíveis, possibilitando um fluxo acadêmico mais regular e uma formação capaz de acompanhar os avanços da ciência, da tecnologia e da própria sociedade.

Novos cursos foram criados: Psicologia, em 1979; Enfermagem e Obstetrícia, em 1981; bacharelado em Química, em 1984; bacharelado em Geografia, em 1987; bacharelados em Física e Ciências Biológicas, em 1988. Nesse mesmo período, houve a desativação dos cursos de licenciatura de curta duração existentes, sendo eles: Ciências, em 1979, Ciências de 1º Grau, em 1984, e Estudos Sociais, em 1987.

Em 1986, a Universidade começava a dar mostras de sua abrangência regional com a criação de cursos fora de sede, na cidade de Cianorte, a 80 km do Câmpus Sede. Foram criados e implantados os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Contábeis. Essa tendência ganhou consistência com a criação e a implantação do Câmpus Regional de Goioerê, em 1991, com dois cursos de graduação: Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências, por meio de um convênio envolvendo a UEM e um consórcio intermunicipal dando suporte para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1988, foram criados e implantados os cursos de Medicina, Odontologia e Ciência da Computação. A criação dos cursos de Medicina e Odontologia teve como consequência a implantação de um complexo de saúde, formado por um hospital universitário, uma clínica odontológica, uma unidade de psicologia aplicada e um hemocentro.

A partir de 1992, após vários anos de estudos e discussões, a UEM alterou seu regime acadêmico, substituindo o sistema de créditos e matrícula por disciplinas pelo regime seriado anual para seus cursos de graduação. Novos currículos foram elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso, os das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos e matrícula por disciplinas foi totalmente extinto.

Em 1998 foi implantado o curso de Bacharelado em Informática e no ano de 2000 foram implantados os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Estatística, Filosofia e Secretariado Executivo Trilíngue.

Tendo como um dos focos principais o ensino de graduação e com o apoio de várias entidades representativas da comunidade local e regional a Universidade implantou, no ano letivo de 2000, onze novos cursos de graduação, ampliando em quase 50% o número de cursos existentes. Neste ano foram implantados os cursos de Engenharia de Produção com ênfases em Agroindústria, Confeção Industrial, Construção Civil e Software; Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Secretariado Executivo Trilíngue, Estatística, Filosofia e Ciências Sociais. Esses cursos foram viabilizados a partir de estudos realizados pela

.../



Universidade, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Regional de Maringá (Codem), que envolve 87 entidades locais e regionais.

Ainda no ano de 2000 foi aprovada oferta do primeiro curso de graduação da UEM na modalidade de educação à distância: o curso Normal Superior, habilitação em Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, com o objetivo principal de capacitar professores para o ensino fundamental, atendendo alunos de 69 municípios da região noroeste do Paraná.

Para a oferta do curso e da modalidade de educação à distância foram instalados, em parceria com prefeituras municipais, 42 centros de estudos, agrupados em três Polos Regionais nos campi da UEM em Cidade Gaúcha, Diamante do Norte e Goioerê. A Universidade foi credenciada para atuar na modalidade de Educação a Distância, no ensino de graduação e pós-graduação, pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria Ministerial nº 3.242, de 18/10/2004. No ano de 2005 a UEM reformulou seu sistema de educação à distância, agora firmando termos de cooperação e convênio com municípios para credenciamento dos interessados na instalação de Centros de Educação a Distância. No mesmo ano foi ofertada a segunda turma do curso Normal Superior, com 2.100 vagas. Foram credenciados 57 municípios com Centro de Educação a Distância, distribuídos em sete Polos Regionais de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e dois outros Polos, em convênio, nos municípios de Paranavaí (Fafipa) e Sarandi (Prefeitura Municipal).

Dando continuidade ao processo de ampliação da oferta do ensino de graduação, a UEM implantou no ano letivo de 2002 mais nove cursos, desta vez priorizando o desenvolvimento regional, criando, um novo Câmpus no Município de Umuarama e implantando o primeiro curso de graduação no Câmpus do Arenito, no Município de Cidade Gaúcha. Os cursos autorizados no ano de 2002 são: Agronomia, Medicina Veterinária, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Construção Civil e Tecnologia em Meio Ambiente no Câmpus Regional de Umuarama. No Câmpus do Arenito, em Cidade Gaúcha, foi aprovado o curso de Engenharia Agrícola; no Câmpus Regional de Cianorte foram implantados os cursos de Moda e de Design; já no Câmpus Sede, em Maringá, foi criado o curso de Música.

Ampliando a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, no ano de 2007, a UEM ingressou no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação, com a oferta de 750 vagas para o curso de graduação em Administração, ofertado em convênio com o Banco do Brasil, para qualificação de funcionários do Banco e servidores públicos. O curso é ofertado em 10 Polos de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e, em convênio nas Universidades Estaduais: Unicentro, Unioeste, UEPG e UEL.

No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM.

Quanto aos cursos de pós-graduação stricto sensu, no ano de 1987, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada.

Em 1990, foram iniciados os cursos de mestrado em Engenharia Química e Educação (fundamentos da educação e aprendizagem e ação docente). Em 1991, teve início o curso de mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e, sob esta mesma denominação, em 1992, teve início o primeiro curso de doutorado da UEM. No ano de 1993, foi criado e teve início o curso de mestrado em Zootecnia e ainda foram criados os cursos de mestrado em Economia e Direito, iniciados em 1994. No ano de 1995, teve início o curso de mestrado em Agronomia (Produção Vegetal). No ano de 1997 foram implantados os cursos de Física e Linguística Aplicada, em nível de mestrado. No ano de 1998 foram implantados os mestrados em Matemática e Geografia e, ainda, os cursos de Ciências Biológicas (Biologia Celular) e Zootecnia, em nível de doutorado. No ano de 1999 tiveram início os cursos de mestrado em Administração e História, ofertados de forma interinstitucional, juntamente com a Universidade Estadual de Londrina. Ainda neste ano, foram implantados os cursos de Física, Engenharia Química e Agronomia, em nível de

.../



doutorado. Em 2000 foram implantados os curso de Ciências Farmacêuticas e o Doutorado em Química Aplicada.

Já em 2002, os cursos de Ciência da Computação, Genética e Melhoramento, Ciências da Saúde e de Análises Clínicas, todos em nível de mestrado. No ano de 2004 foram criados os cursos de Educação para Ciência e o Ensino da Matemática, História e Enfermagem, em nível de mestrado. Em 2007 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Odontologia, totalizando 27 cursos de mestrado e 10 de doutorado. Em 2008 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, totalizando 28 cursos de mestrado e 12 de doutorado.

As atividades de pesquisa tiveram aumento significativo a partir de 1979, acompanhando o aumento de projetos, houve diversificação de áreas de pesquisa e a necessidade de se estender suas bases tanto para coleta de dados de campo como para levar essas atividades a outros lugares. Para dar suporte a isso, surgiram os seguintes campi: Câmpus de Porto Rico, Câmpus do Arenito, localizado em Cidade Gaúcha e Câmpus Regional do Noroeste, em Diamante do Norte, além do Câmpus Sede em Maringá e os existentes em Cianorte e em Goioerê. Contribuíram para esse crescimento, dentre outras condições básicas, a melhoria da qualificação pessoal, uma progressiva flexibilidade de atribuições de encargos pelos departamentos, um aumento na captação de recursos externos, a regulamentação da Dedicção Exclusiva (DE) e posteriormente do regime de trabalho Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE), a estruturação e implantação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPG) e, mais recentemente, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG).

Visando a qualidade da pesquisa realizada na UEM, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, analisando proposta elaborada pela comunidade acadêmica da UEM sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, regulamentou as atividades de pesquisa com moderna legislação.

Na intenção de ampliar os meios de divulgação de suas atividades, foi implantada, em 1992, uma editora (Eduem) que tem como objetivo facilitar a publicação dos trabalhos científicos produzidos na Universidade e a editoração da revista científica Acta Scienciarum, com sua periodicidade regular e indexada em sete indexadores entre nacionais e estrangeiros.

Em 1996 foram criadas a Livraria Universitária e a Rádio Universitária FM, sintonizada no prefixo 106,9 MHz.

A melhoria da qualificação de seu quadro de pessoal propiciou um crescimento significativo das atividades de extensão e prestação de serviços, a partir da década de 80. Desde então, as atividades mais frequentes se relacionam às de apoio ao ensino fundamental e médio, educação infantil e educação especial.

Na temática administrativa, os recursos humanos sempre foram alvo de atenção e preocupação na UEM. No início da década de 80, houve uma expansão progressiva tanto do quadro de pessoal docente como do quadro técnico-administrativo, sendo que já, ao seu final, tal taxa de expansão viria a diminuir, tornando-se estável a partir de 1990 e não tendo como tendência de crescimento, mesmo com as novas atividades da Universidade, resultante de sua aproximação com a comunidade regional e da verticalização do ensino.

Em um enfoque mais qualitativo, observa-se uma melhoria no perfil da qualificação e produção acadêmica dos servidores que é resultado da conjugação, dentre outros, dos seguintes fatores:

- a) regulamentação interna da capacitação docente desde 1981, com constantes aperfeiçoamentos e com o esforço institucional para manter 15% dos docentes de cada departamento em pós-graduação dentro do Plano Institucional de Capacitação Docente;
- b) a implantação do Plano de Capacitação Técnico-Administrativo, que vinha sendo executado de maneira informal, tornou-se regulamentado institucionalmente a partir de 1988.

Quanto à estrutura organizacional da UEM, observa-se que ela vem se modernizando desde 1988 para atender aos objetivos institucionais e para facilitar a interação da Universidade

.../



com os outros segmentos da comunidade. A comunicação e a informação, bem como as atividades de mídia, tanto em nível interno como externo, ficam a cargo de uma Assessoria de Comunicação Social que, além das atividades diárias de cobertura de eventos, notícias da universidade, reportagens, etc., editam semanalmente um boletim informativo e mensalmente faz circular o Jornal da UEM que é, inclusive, encartado nos jornais locais.

Merece destaque a introdução da informática no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Isso está sendo posto em prática em nível local pelo uso de microcomputadores, constantemente atualizados, como em nível global descentralizado pela utilização de servidores, com terminais espalhados por todo o Câmpus Sede e pelos Campi Regionais. Em abril de 1998, a UEM ligou-se à Rede Intranet Paraná em ATM/ISDN, instalada em 36 unidades telemáticas nas 16 instituições de ensino e tecnologia vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. A Intranet Paraná é a base para o sistema estadual de ciência e tecnologia.

No ano de 2005 a Universidade passou a integrar a rede corporativa de voz, dados e imagem do Governo do Estado do Paraná, um sistema de comunicação capaz de trocar informações com transparência total de facilidades, com capacidade de transmitir todos os recursos disponíveis. Além de outros benefícios a instalação da rede possibilitou a implantação do sistema de videoconferência no Câmpus sede e nos demais campi da UEM.

Dando continuidade ao processo de expansão de curso na UEM, em 2009/2010 foram criados, na modalidade a distância, os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Física, História, Letras e Pedagogia, e na modalidade presencial os cursos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Biomedicina, Bioquímica, Comunicação e Multimeios, Engenharia Elétrica e Tecnologia em Biotecnologia (câmpus Sede) Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos (câmpus de Umuarama) Engenharia de Produção (câmpus de Goioerê), além da criação do Câmpus de Ivaiporã (Decreto Estadual nº 7.106, de 14 de maio de 2010) e conseqüente criação dos cursos de Educação Física, História e Serviço Social (câmpus de Ivaiporã).

3.2. Do Curso

As últimas décadas têm reivindicado a modernização das universidades brasileiras.

O Paraná até os anos 1960, contava com apenas uma universidade, a Universidade Federal do Paraná. Mas, com a intenção política de interiorizar novas instituições, três universidades estaduais se originam: a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Londrina.

Em Maringá, o atendimento às necessidades de ensino superior era feito por três estabelecimentos estaduais: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966, e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966. No conjunto, essas faculdades ofereciam um total de sete cursos que, em sua grade curricular, agregavam a prática do desporto, responsabilidade da Associação Atlética Universitária¹, depois denominada Coordenadoria de Desportos e Recreação.

A professora Maria Amélia Tílio (supervisora no ano de 1972) foi incluída na Reforma Universitária por meio da Resolução n.06/72, pelo Conselho Universitário. Por ser supervisora da Associação Atlética Universitária, a professora foi nomeada pela portaria n.04/72 – GRE para elaborar o currículo do curso de Educação Física na Universidade

¹ Informações concedidas pelo professor Jair Henrique Alves, para o professor Celso Souza e editadas pela Revista da Educação Física / UEM. v.4, n.1, 1993.



Estadual de Maringá.

A estruturação curricular, segundo Martins Junior (1986) e Oliveira (1988), teve como base uma análise de currículos de outras instituições. O curso, sem qualquer infraestrutura, foi aprovado para o primeiro semestre de 1973, com um corpo docente de 10 (dez) professores e o limite inicial de 80 (oitenta vagas). E, como o período era o de expansão do sistema desportivo, o currículo, com disciplinas semestrais oferecidas no regime de créditos, configurava-se com um corpo de conhecimento predominantemente técnico desportivo. O currículo consistia em um conjunto de disciplinas hierarquizadas em pré e correquisitos. A titulação obtida em Licenciatura em Educação Física e Técnico em Desportos era regida conforme a Resolução n.69 de 6 de novembro de 1969, do Conselho Federal de Educação. Esse Curso somente foi reconhecido em 17 de setembro de 1976, mediante o Decreto Federal n.78.430, publicado no Diário Oficial da União.

Entre 1977 e 1979, o Colegiado de Curso de Educação Física encaminhou uma proposta de reformulação curricular que, após discussões com professores do departamento, foi aprovada com início previsto para o segundo semestre letivo de 1979. Relata Nascimento (1991) que, embora o currículo tenha sido aprovado pelos Conselhos Superiores da Instituição, o departamento decidiu não implantá-lo para aguardar a proposta do Conselho Federal de Educação, a qual estava em estudos.

Desde a criação do curso de Educação Física, os professores do Departamento têm realizado amplos estudos sobre o currículo. Entre as primeiras investigações específicas, destacam-se as de Martins Junior (1986), Oliveira (1988) e Oliveira, Lima, Pirollo et al. (1988) e Oliveira, Lima, Pirollo e Teixeira (1990), tendo como objetivo avaliar os aspectos organizacionais e os procedimentos didático-pedagógicos curriculares que resultaram em sugestões que consideravam as opiniões dos graduados, dos egressos do curso de Educação Física da UEM, assim como dos professores de Educação Física no Brasil.

A intensidade dos estudos e das discussões ocorreram após o Conselho Federal de Educação – CFE emitir a Resolução nº 003/87, com a proposta de reestruturação dos Cursos de Educação Física de todo território nacional, determinando o prazo de dois anos para sua implantação. O prazo de implantação foi alterado por solicitação de representantes dos Cursos de Educação Física de diversas IES do país, quando da realização do Simpósio Nacional em 1988, em Campinas, sobre Reforma Curricular da Educação Física. Isso fez o CFE estabelecer, por meio da Resolução nº 003/88, de 04/08/1988, um prazo máximo para a implantação do novo currículo, que passou a vigorar no primeiro semestre letivo de 1990.

Naquela ocasião, outros campos de conhecimentos foram incorporados à grade curricular com dois princípios: a Formação geral, composto de disciplinas relacionadas a área de conhecimento filosófico, do ser humano, da sociedade e técnico-pedagógico; e o Aprofundamento de conhecimento que permitia aos alunos ampliar os conhecimentos na área de interesse do campo de trabalho.

A partir de 1992, a UEM implantou o regime seriado para seus cursos de graduação. Novos currículos tiveram de ser elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico que conduzisse à identidade profissional. A Educação Física aprovou a Licenciatura em regime integral com a entrada de 80 alunos. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso. Os discentes das demais fases precisaram adaptar-se ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos foi totalmente extinto.

.../



Além de tais alterações, outras reformas curriculares aconteceram no Curso de Educação Física do DEF, como se pode perceber por meio das Resoluções 058/79, 064/81, 084/81, 104/82 e 079/84, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, como também através dos Pareceres nº 138/02 – CNE-CES, de 03/04/2002, e nº 058/04 – CNE-CES, de 18/02/2004, que dizem respeito somente à carga horária, seriação, periodização e eliminação de disciplinas. Mais tarde, implantou-se também o curso com o mesmo currículo em período noturno, tendo a duração mínima de 5 anos e máxima de 8 anos para a sua integralização, sendo aprovado pela resolução n. 126/98 CEP.

Houve também, em 2004 e em 2005, a elaboração de um novo Projeto Pedagógico para adequação às exigências curriculares provenientes do Ministério de Educação, e em atendimento a um crescimento exponencial qualitativo do DEF, com mostras de reconhecimento, por exemplo, porque: possuía há doze anos uma Revista altamente recomendada nacionalmente; realizava periodicamente um evento internacional considerado entre os melhores do Brasil e contava a partir do ano de 2005 com o seu Mestrado. Podem-se citar ainda as cinco estrelas que foram atribuídas ao curso no ano de 2005 pela editora Abril, apontando o Curso entre os melhores do Brasil. Além destes motivos tão diretos, a necessidade se expressava também pelo avanço das novas tecnologias, das produções científicas na área e pelas características da própria humanidade e pelo compromisso que temos, como universidade pública, com a comunidade em geral.

O corpo docente do DEF, preocupado com a melhoria do ensino e com a consistência interna dos seus respectivos currículos, depois de vários estudos, aprovou Núcleos e Linhas de Pesquisa que ficaram estruturados da seguinte forma: Núcleo de Pedagogia da Educação Física e Núcleo de Atividade Física e Esporte, produções.

O Primeiro Núcleo apresenta três linhas de pesquisa voltadas, respectivamente, para o desenvolvimento de Estudos Socioculturais na Educação Física, para a Formação e Ensino em Educação Física e para o Processo de Controle, Desenvolvimento e Aprendizagem Motora em diferentes grupos populacionais. O Segundo Núcleo volta-se para a Educação Física e suas relações com a Saúde Coletiva e a Aptidão Física, bem como para os processos de Formação e Desempenho Esportivo. Os Núcleos/Linhas de estudos e pesquisas caracterizam-se pela reunião de docentes e discentes a partir de afinidades e interesses temáticos, favorecendo o desenvolvimento das atividades da Graduação e da Pós-Graduação do DEF/UEM.

Com a efetivação desse Projeto Pedagógico para atender ao processo dinâmico de formação, compromisso com a comunidade acadêmica e com estudos e esclarecimentos sobre a legislação vigente, organizou-se, em novembro de 2010, uma nova comissão para estudos, a qual viabilizou as adequações necessárias às novas necessidades do curso, mas mantendo como característica a formação generalista, humanista e crítica.

Como se pode perceber, o Curso de Licenciatura em Educação Física, desde a sua criação até o presente momento, vem sofrendo várias alterações curriculares, tornando o seu projeto pedagógico mais coerente com as demandas da realidade brasileira e com os rumos científicos escolhidos e mantendo a licenciatura plena.

4. JUSTIFICATIVA

.../



Historicamente, o DEF vem pautando suas ações pedagógicas e produções teóricas pelo compromisso com a comunidade em geral e com a universidade pública.

O projeto pedagógico curricular do DEF vem gradativamente sendo reconhecido nacionalmente entre os melhores cursos de educação do Brasil. Entre outros indicadores, citamos o ranking de 2005 das melhores universidades brasileiras da Editora Abril, quando o curso de Educação Física da UEM recebeu a classificação cinco estrelas.

Mas os professores do departamento consideram importante continuar garantindo as diferentes expressões e manifestações que ocorrem nas várias áreas do conhecimento, como também reconhecer o avanço das novas tecnologias, das produções científicas na área e características da própria humanidade, o que justifica a necessidade de uma adequação do projeto pedagógico às atuais necessidades sociais, de modo a poder atender às novas exigências curriculares provenientes do Ministério de Educação.

Especificamente quanto à Licenciatura, houve um crescimento qualitativo nas discussões sobre a escola, a criança, a cultura, a sociedade, o desenvolvimento humano e a política – grande parte delas motivadas pelos professores que realizaram seu doutoramento na área da educação.

É importante ressaltar que o Curso de Educação Física do DEF vem contribuindo na construção de proposições metodológicas distintas e necessárias para a consolidação do processo de ensino-aprendizagem nos diversos campos de atuação profissional, aspectos que podem ser comprovados pelos livros e artigos publicados em diversos periódicos nacionais e internacionais e pelas próprias referências bibliográficas utilizadas por diferentes pesquisadores da área.

No sentido de ampliar e buscar com mais profundidade respaldo científico para o Curso de Licenciatura em Educação Física, o DEF implanta em 2005 o seu curso de Mestrado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina – UEL. Com base em suas linhas de pesquisa, o Curso de Educação Física em nível de graduação terá um avanço significativo, em virtude de o Mestrado estar atrelado às linhas de pesquisa do próprio Curso de graduação, além de o conhecimento produzido servir como base das discussões geradas em salas de aula.

Em síntese, ao reformular o Projeto Pedagógico, busca-se garantir o espaço para ações e posições divergentes quanto às concepções e propostas pedagógicas da Educação Física, no âmbito de um compromisso com posições sempre bem fundamentadas.

5. OBJETIVOS DO CURSO

O curso objetiva formar professores para atuar na Educação Básica, comprometidos com as transformações que ocorrem na sociedade, contribuindo para que os seus alunos desenvolvam senso crítico frente à realidade social.

O curso objetiva ainda dotar o profissional com os conhecimentos requeridos para o exercício de suas atividades, desenvolvendo as competências e habilidades gerais e específicas inerentes à área de atuação da Educação Física.

6. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE OFERTA E VOCAÇÃO DO CURSO

A realidade regional aponta para uma oferta de vagas crescente para a oferta de vagas na

.../



Educação Básica para o professor de Educação Física, principalmente se levarmos em consideração que o Ensino em Horário Integral ainda está incipiente e é uma condição para consolidação do desenvolvimento local, regional e nacional.

Os embates jurídicos entre formandos e o Conselho Federal de Educação Física indicam que a possibilidade de ampla atuação do profissional que curso um curso de Licenciatura é uma questão que pode ser discutida no âmbito judicial, o que fundamenta uma proposta de formação ampliada que de condições aos alunos de contestar juridicamente os limites de atuação profissional atualmente impostos pelo sistema CONFEF/CREFs.

A oferta do curso noturno possibilita a formação concomitante ao exercício profissional, o que amplia a população que pode buscar contemplar sua vocação para a docência e estabelece condições para as ofertas postuladas no presente PPC.

7. PERFIL DO PROFISSIONAL, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

7.1. Perfil do Profissional a ser Formado

O perfil do profissional de educação física pode, a princípio, sugerir uma ideia de algo pronto e acabado, mas, na análise dessa questão, sob outro ângulo, percebe-se que essa ideia não é tão simplista e implica uma reflexão mais profunda dos conhecimentos, do momento histórico e do contexto sociocultural na contemporaneidade.

Todo profissional tende a internalizar e concretizar em determinada direção todo um sistema de ideias e valores provenientes de sua formação acadêmica. Neste sentido, a partir dos eixos curriculares estabelecidos como norteadores do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física, entende-se que o professor de educação física deve caracterizar-se como um profissional Educador, pesquisador, reflexivo-crítico e transformador.

O professor de educação física deve ser entendido, antes de tudo, como um educador comprometido com as transformações que ocorrem na sociedade e, por dever de ofício, ele deve contribuir nesse processo. Nessa perspectiva, o professor de educação física deve desenvolver e contribuir para que os seus alunos desenvolvam senso crítico frente à realidade social. O educador assim formado aliará sua competência técnica a um compromisso político claramente definido em favor da maioria da população, que é alijada do processo produtivo e até do seu direito à formação integral e ao lazer.

Com essa formação, o profissional formado em educação física deverá estar capacitado para o desenvolvimento de pesquisas na área, ou seja, deve ser um professor pesquisador que consiga imprimir um caráter investigativo à sua prática pedagógica por meio da valorização de seus saberes, e ser considerado, portanto, como sujeito e intelectual capaz de produzir conhecimento (RIBEIRO, 2003).

A perspectiva da formação do professor reflexivo e crítico parte do entendimento de que a atividade docente é práxis. Logo o docente deve ser visto como um intelectual em formação, e a educação como um processo dialético de desenvolvimento do homem, historicamente situado, superando o papel de reflexivo para intelectual crítico e reflexivo (PIMENTA, 2002). Por conseguinte, a atividade docente, como tal, é teórico-prática, política, subjetiva, reflexiva, social, concreta e real, indissociadamente, e a função do professor é mediar, por meio da reflexão crítica, essas apreensões para as transformações (RIBEIRO, 2003).

Essa função mediadora do professor parte do entendimento de que “A mediação requer um referencial que dê conta de desvelar as contradições sociais, e para isso deve reconhecer a educação como uma produção histórica e social” (RIBEIRO, 2003, p. 139).

Consideramos como características profissionais os elementos de conhecimento que o professor de educação física deve ter a respeito do contexto regional, das aulas e dos alunos. Para tanto, ele necessita dialogar e discutir com pessoas e líderes da comunidade e da região sobre a realidade circundante; agir em busca de mudanças; respeitar a cultura e a realidade do contexto

.../



regional; conhecer os costumes, o folclore, as condições de vida e o regime de trabalho da comunidade; conhecer aspectos econômicos, políticos e sociais da região; ser capaz de integrar-se na comunidade; ser capaz de adaptar-se a diferentes realidades socioculturais; contribuir com o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de o professor de educação física conhecer os alunos a partir de diferentes concepções teóricas que tratam do crescimento, do desenvolvimento e também como os seus alunos estabelecem relações com outros sujeitos. O conhecimento dessas concepções possibilitará ao professor compreender o processo de desenvolvimento dos sujeitos com quem realizará a ação educativa e, ao mesmo tempo, intervirá de forma mais significativa em sua educação.

Os professores formadores têm um papel fundamental em todo o processo de formação do professor de educação física, à medida que devem assumir a responsabilidade de fazer/promover uma articulação entre os conhecimentos presentes nessa formação em atitude dialógica nas disciplinas curriculares, tendo como eixo articulador a problemática da formação humana.

7.2. Competências e Habilidades Requeridas

7.2.1. Competências Gerais:

A formação em Licenciatura, neste projeto pedagógico, é tratada a partir de diferentes abordagens teóricas. Pimenta (1999) ressalta que os saberes da docência são constituídos pela experiência, pelo conhecimento e pelos saberes pedagógicos. No que se refere à experiência, está relacionada à trajetória escolar do licenciando, ou seja, o que ele transporta para a sua formação inicial provém de sua vida escolar e das relações que foram constituídas. Em relação ao conhecimento, trata-se do saber específico de cada área e de cada campo acadêmico que o professor deve dominar. Os saberes pedagógicos significam a construção dos saberes na relação escolar cotidiana, a partir das necessidades pedagógicas colocadas pela prática social da educação. Neste sentido, o saber presente nessa tríade deve orientar a formação do professor e, esta ser valorizada no seu processo de preparação.

Os avanços nas discussões teóricas apresentadas na produção acadêmico-científico da área, e das experiências desenvolvidas pelos professores que atuam na Educação Física, que vêm sendo socializadas em diversos congressos promovidos em diferentes regiões do país, apontam a necessidade de uma intervenção. Embora já seja possível perceber algumas mudanças, é notória a emergência de se promover rupturas significativas nesse contexto – no âmbito das políticas, da formação, da prática docente, entre outros aspectos.

Promover impactos e rupturas nessa realidade não constitui uma tarefa fácil, mas um desafio para a formação inicial de professores que, em um futuro próximo, enfrentarão essa realidade.

A partir dessa leitura da realidade da educação física brasileira e também da região na qual se desenvolve o Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, apresentam-se alguns elementos que consideramos fundamentais no âmbito da formação de professores para promover os avanços necessários à educação física nos diversos campos de atuação.

Candau (1997) ressalta que o professor deve articular dialeticamente as diferentes dimensões da profissão docente que incluem os aspectos psicopedagógicos, técnicos,



científicos, político-sociais, ideológicos, éticos e culturais. A partir desse entendimento, as diferentes dimensões do conhecimento – contempladas na formação do professor licenciado em educação física, explicitadas nos princípios norteadores do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá – devem ser tratadas e organizadas de forma a promover a apropriação de saberes e, a partir deles, capacitar esses professores para a sua atuação profissional. Isto implica a necessidade de compreender que o papel da educação é o de proporcionar a apreensão entre parte e totalidade, sujeito e objeto, lógico e histórico, concreto e abstrato, individual e coletivo, objetivo e subjetivo, conferindo aos indivíduos a autonomia e a emancipação (ainda que relativas) conquistadas em um coletivo (RIBEIRO, 2003).

As capacidades necessárias à ação docente em educação física devem ser desenvolvidas ao longo do processo de formação inicial do futuro professor e devem estar internalizadas no professor licenciado, de forma a possibilitar uma atuação profissional comprometida com o processo educativo, o que, por sua vez, indica a necessidade de imbuí-los dos meios para promover as rupturas necessárias, com vistas a contribuir para avanços nos campos de atuação e fundamentalmente na sociedade brasileira de um modo geral.

Nesse olhar social da atuação docente, o Parecer 009/2001 do CNE/CP destaca, primeiramente, que o professor, na especificidade da educação física, deve ter “comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática” (p. 41). Isso significa pautar sua atuação profissional por princípios da ética democrática, orientando suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes, bem como reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, zelando pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho sob sua responsabilidade.

O professor também deve ser capaz de compreender o papel social da escola. Nessa perspectiva o professor de educação física deve compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas relações com o contexto em que se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ela, utilizando conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social. Deve ainda, “participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula” (Parecer 009/2001 do CNE/CP, p. 42).

O Conhecimento dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar é outro aspecto que ganha destaque no Parecer 009/2001 e que tem sido afirmado por estudiosos da área da educação e da educação física. Para tanto, é necessário ao professor conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas/disciplinas de conhecimento que serão objeto da atividade docente, adequando suas atividades, relacionando os conteúdos aos fatos, às tendências, aos fenômenos ou aos movimentos da atualidade e também fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos. Cabe também ao professor compartilhar o seu conhecimento com os docentes de diferentes áreas/disciplinas, articulando em seu trabalho as contribuições destas áreas.

Em estreita relação com os saberes relacionados ao conteúdo, o professor deve ter o conhecimento pedagógico necessário à ação docente, bem como o conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

.../





7.2.2. Habilidades Específicas:

No que se refere especificamente ao domínio do conhecimento pedagógico, o professor de educação física deve ser capaz de criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de o agrupamento dos alunos, manejando diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos. O professor deve ainda identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, gerindo e organizando o trabalho de forma a intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade, além de utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem (Parecer 009/2001 CNE/CP).

Neste sentido, é necessário que o curso de formação de professores dê condições para que estes tenham acesso aos conhecimentos relativos à cultura geral e profissional; ao conhecimento sobre crianças jovens e adultos; ao conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação; aos conhecimentos dos conteúdos das áreas que são objeto de ensino; ao conhecimento pedagógico; ao conhecimento advindo da experiência, da organização institucional da formação de professores e também da avaliação da formação de professores para a educação básica e demais campos de atuação.

Na unidade entre geral e específico, de acordo com a Resolução CNE nº07/2004, o professor de Educação Física deve possuir também as competências técnico-científicas previstas na referida resolução.

Dessa forma, o processo de formação do professor não deve se esgotar na formação inicial, mas se prolongar ao longo da vida profissional. Neste sentido, tanto pesquisadores, estudiosos e professores afirmam a necessidade do desenvolvimento de programas de formação continuada, bem como de políticas públicas nessa direção. Cabe ao professor de educação física compreender e ter o compromisso com o seu processo de formação profissional, buscando meios para a sua qualificação e, ao mesmo tempo, partir para o enfrentamento da realidade, rumo ao avanço das políticas públicas que favoreçam o seu desenvolvimento.

Para que estas ações sejam efetivadas, é necessária a inserção do professor no debate contemporâneo mais amplo, que envolve tanto questões culturais, sociais, econômicas, como conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e a própria docência.

7.3. Áreas de Atuação Profissional

Apontar as modalidades, as ênfases e a habilitação que nortearão a área de formação da Licenciatura em Educação Física exige o resgate de indicações determinadas pela LDBEN e pelas Resoluções nº 01/02 – CNE-CES de 18/02/2002 e nº07/04 – CNE-CES de 31/03/2004, no sentido de orientarmos significativamente o nosso curso no Departamento de Educação Física da UEM.

O artigo 61 da LDBEN (1996) afirma que

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como

.../



fundamentos: 1) a associação entre teoria e prática, inclusive mediante a capacitação em serviços; 2) aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (p.10).

A necessidade de ter como fundamento a associação entre teoria e prática exige que neguemos um pensamento prático utilitário em que a lógica de causa e efeito imediata oriente conclusões reducionistas e inconsistentes. Como toda prática humana é pensada, as necessidades da realidade impõem ao ser humano pensar para intervir e transformar essa realidade, sendo este processo de caráter histórico e não imediato.

Teoria e prática se afastam quando a realidade se mostra e é analisada por referenciais utilitários. Assim, romper com a razão instrumental é um imperativo de ação urgente, pois esta é responsável pelo pensamento do senso comum que insiste em separar teoria e prática e ter somente o “como” para sustentar uma intervenção. Contudo, aliar teoria e prática exige uma atitude filosófica em que não apenas o “como” esteja presente, mas também “o quê?” e o “por quê?” em suas interconexões. Esta é a possibilidade de elaborar um fazer pensando e um pensar fazendo.

O Parecer do CNE/CP-09-2001 afirma que “ensinar requer dispor e mobilizar conhecimentos para improvisar, isto é, agir em situações não previstas, intuir, atribuir valores e fazer julgamentos que fundamentem a ação da forma mais pertinente e eficaz possível” (p. 28). Enfim, ensinar é resgatar a práxis. A ação transformadora é um imperativo de ação político-educacional importante para um curso que visa a formar o licenciado.

Tendo como característica a exaltação da curiosidade epistemológica, o curso de Licenciatura em Educação Física visa a despertar a capacidade de pesquisar como uma modalidade que aponta a condição do homem como ser aprendente. Por meio dessa modalidade, procura-se apontar que tão importante quanto descobrir novidades talvez seja socializar os conhecimentos acumulados, consolidados e (re) construídos historicamente.

Esse pressuposto pedagógico visa a buscar o questionamento reconstrutivo, pois isto possibilita que o trabalho do professor no processo de ensino-aprendizado consiga, ao longo de sua carreira, superar a falta de estimulações advindas da precária realidade brasileira. Esse ato de pesquisar não pode ser considerado neutro e implica o estabelecimento de valores que farão o ato de educar ser considerado na construção da sociedade e do homem.

Outra modalidade que a área de Educação Física propõe como basilar do processo de formação no curso de Licenciatura em Educação Física do Departamento de Educação Física da UEM é uma conduta ético-democrática que negue a construção de homem traiçoeiro, covarde e egoísta. Não poderia ser diferente, se considerarmos os avanços filosóficos, epistemológicos e políticos que, nas últimas décadas, direcionaram o entendimento da Educação Física como área de intervenção pedagógica.

Faz-se legítimo que o futuro professor tenha uma formação ética que busque coerência entre o que pensa e o que faz, assim como uma formação democrática marcada pela construção de um processo de ensino-aprendizado em que as relações e interações humanas sejam mediadas por igualdade política, entendendo processo político democrático como construtor de condições históricas para a emancipação humana e não para o estabelecimento de relações hierárquicas e autoritárias que formam homens ordeiros e submissos.

A Licenciatura em Educação Física caracteriza-se como área de intervenção pedagógica no campo formal, não formal e outros que tratam das diferentes manifestações

.../



e expressões da cultura corporal na forma de ginástica, esporte, jogo, dança, lutas e outras. Trata-se de um campo profissional voltado para uma atuação docente comprometida com o ensino e com a pesquisa em conexão com as transformações político-sociais, no sentido de buscar mecanismos de interferência na realidade.

Dar-se-á, ainda, no curso de Licenciatura em Educação Física do DEF/UEM, ênfase ao conhecimento relacionado à formação, organizado em seis áreas:

- a) ser humano e sociedade;
- b) técnico-instrumental;
- c) cultura corporal de movimento;
- d) produção do conhecimento;
- e) biológica e
- f) pedagógica.

Esta organização procura garantir uma formação marcada pela inter-relação entre os diferentes saberes, sejam eles específicos da Educação Física, sejam eles de outras áreas de conhecimento. Tal intuito apresenta-se como forma de ampliar as potencialidades de formação acadêmica no sentido de que o professor, em sua atuação, trabalhe com a Educação Física em uma perspectiva multidimensional, e não apenas técnico-instrumental.

Assim, a caracterização da Educação Física como área de intervenção pedagógica implica apreender os conhecimentos necessários à formação profissional, tomando-os como norteadores da proposta pedagógica, do currículo e da orientação político-educacional. Enfim, a Licenciatura em Educação Física do DEF/UEM deverá orientar uma formação pautada em pressupostos epistemológicos coerentes com uma prática pedagógica transformadora, reconhecendo e respeitando a diversidade dos alunos em seus aspectos socioculturais, evitando qualquer forma de discriminação e possibilitando o domínio de conhecimentos técnicos, pedagógicos, filosóficos e metodológicos específicos da área ou gerais, garantindo interlocuções entre os distintos campos do conhecimento. Deve ainda zelar pela dignidade do professor e pela qualidade do trabalho desenvolvido em seu campo de atuação, compreendendo o processo educacional e o contexto em que se insere a prática educativa a partir da realidade econômica, cultural e político-social.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os componentes do Curso estão organizados conforme segue:

Conteúdos Básicos

Área Biológica

- Anatomia Humana
- Biologia
- Bioquímica

Área Produção do Conhecimento

- Iniciação à Ciência e à Pesquisa

Área Técnico Instrumental

- Crescimento e Desenvolvimento Físico
- Aprendizagem e Desenvolvimento Motor

.../



Área Ser e Sociedade

- Fundamentos da Educação e Educação Física
- Políticas Públicas para Docência em Educação e Educação Física

Área Pedagógica

- Psicologia da Educação
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

Conteúdos Específicos

Área Biológica

- Biomecânica
- Fisiologia Geral
- Fisiologia do Exercício
- Aspectos Funcionais do Exercício Físico
- Nutrição e Metabolismo na Atividade Física
- Socorros em Educação Física

Área Ser e Sociedade

- Fundamentos de Educação Física 1
- Fundamentos de Educação Física 2
- Teoria dos Jogos

Conteúdos da Área Produção do Conhecimento

- Produção do Conhecimento em Educação Física
- Seminário de Pesquisa em Educação Física
- Optativa Científica

Conteúdos da Área Pedagógica

- Didática em Educação Física
- Estágio Curricular Supervisionado I
- Estágio Curricular Supervisionado II
- Libras – Língua Brasileira de Sinais

Conteúdos da Área Cultura do Movimento

- Capoeira
- Introdução à Ginástica
- Introdução aos Esportes Coletivos
- Esportes Individuais
- Esportes Coletivos
- Fundamentos de Rítmica e Dança
- Ginástica
- Lutas
- Disciplinas Optativas

Conteúdos da Área Técnico Instrumental

- Educação Física Adaptada
- Educação Física Infantil
- Jogos, Brinquedos e Brincadeiras



- Medidas e Avaliação em Educação Física
- Organização e Administração em Educação Física Escolar
- Estudos do Tempo Livre e do Trabalho.
- Bases do Treinamento Desportivo

8.1. Campos Interligados de Formação

8.1.1. Conteúdos de Formação Básica / Geral

Biológica	<ul style="list-style-type: none">• Anatomia Humana• Biologia• Bioquímica
Produção do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none">• Iniciação à Ciência e à Pesquisa
Técnico Instrumental	<ul style="list-style-type: none">• Crescimento e Desenvolvimento Físico• Aprendizagem e Desenvolvimento Motor
Ser e Sociedade	<ul style="list-style-type: none">• Fundamentos da Educação e Educação Física• Políticas Públicas para Docência em Educação e Educação Física
Pedagógica	<ul style="list-style-type: none">• Psicologia da Educação• LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

8.1.2. Conteúdos de Formação Profissional

Biológica	<ul style="list-style-type: none">• Biomecânica• Fisiologia Geral• Fisiologia do Exercício• Aspectos Funcionais do Exercício Físico• Nutrição e Metabolismo na Atividade Física• Socorros em Educação Física
Ser e Sociedade	<ul style="list-style-type: none">• Fundamentos de Educação Física 1• Fundamentos de Educação Física 2• Teoria dos Jogos
Produção do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none">• Produção do Conhecimento em Educação Física• Seminário de Pesquisa em Educação Física• Optativa Científica
Pedagógica	<ul style="list-style-type: none">• Didática em Educação Física• Estágio Curricular Supervisionado I• Estágio Curricular Supervisionado II• Libras – Linguagem Brasileira de Sinais

8.1.3. Conteúdos de Formação Complementar

Atividades Acadêmicas Complementares

8.1.4. Conteúdos de Formação Específica do Curso

Cultura do Movimento	<ul style="list-style-type: none">• Capoeira• Introdução à Ginástica• Introdução aos Esportes Coletivos
-----------------------------	---



8.1.4. Conteúdos de Formação Específica do Curso	
	<ul style="list-style-type: none">• Esportes Individuais• Esportes Coletivos• Fundamentos de Rítmica e Dança• Ginástica• Lutas• Disciplinas Optativas
Técnico Instrumental	<ul style="list-style-type: none">• Educação Física Adaptada• Educação Física Infantil• Jogos, Brinquedos e Brincadeiras• Medidas e Avaliação em Educação Física• Organização e Administração em Educação Física Escolar• Estudos do Tempo Livre e do Trabalho.• Bases do Treinamento Desportivo

8.1.5. Conteúdos Curriculares Obrigatórios por Legislação Específica
Prática Como Componente Curricular (Resolução nº 138/2014-CI/CCS).

8.2. Matriz Curricular (Resolução nº 138/2014-CI/CCS).
--

8.3. Resumo da Matriz Curricular

Carga Horária do Currículo de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais	
8.3.1. Parâmetros em Horas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais	Horas/DCN's
a) Carga Horária Mínima para integralização do curso ²	2.800 ³
b) Carga Horária Máxima para Estágio Curricular Supervisionado ⁴	400 ⁵
c) Carga Horária Mínima para Atividades Acadêmicas Complementares ⁵	200 ⁵
d) Carga Horária Mínima para Disciplinas Obrigatórias e Optativas ⁶	2.400
8.3.2. Carga Horária estabelecida para o curso na UEM	Horas/Aula
a) Carga Horária em disciplinas Obrigatórias e Complementares	2.280
b) Carga Horária em disciplinas Optativas Obrigatórias	612
c) Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado	480
d) Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso	34
e) Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares	240
f) Carga Horária de Prática Pedagógica (cursos de licenciatura)	(914 ⁷)
g) Total de horas/aula do curso	3.646
h) Total de horas/relógio do curso	3.038

² Prevista na Resolução que fixa a carga horária mínima para integralização curricular, ou nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

³ Resolução CNE/CP 02/2002, de 19/02/2002

⁴ Máximo de 20% da carga horária mínima fixada para o curso.

⁵ Mínimo de 5% da carga horária mínima fixada para o curso.

⁶ Resultado da dedução das cargas horárias de "b" e "c", da carga horária mínima estabelecida para o curso "a".

⁷ Considerada as disciplinas: Organ. Admin. Educ. Física escolar; Psicologia da Educação; Didática em Educação Física; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor



8.3.3. Cursos de Licenciatura: Demonstrativo de Carga horária para as seguintes dimensões dos componentes curriculares comuns	Horas
a) Carga Horária de prática como componente curricular ao longo do curso	912 ⁸
b) Horas de Estágio Curricular Supervisionado	480
c) Carga Horária para conteúdos curriculares de natureza científico-cultural	102
d) Horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais	240
e) Total de carga horária das dimensões dos componentes comuns	1.734
8.3.4. Prazo para Integralização Curricular, fixado em anos ou frações	
a) Prazo Mínimo estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais	3 ⁵
b) Prazo Médio de acordo com os ciclos do currículo do curso na UEM	4
c) Prazo Máximo estabelecido pela UEM	8

10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

10.1. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (Resolução nº 135/2014-CI/CCS)

A Lei nº 9394/96, de 20/12/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 65, estabelece que a formação docente incluirá o Estágio Supervisionado de no mínimo 300 horas. Entretanto, as novas determinações legais apontadas pela Resolução 02/2002 – CNE/CP, estabelecem que o Estágio Supervisionado seja desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e que atenda a uma carga-horária de 400 horas (480 horas-aula).

QUADRO 1 – CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Carga horária em sala de aula – Estágio I (68 h/a) Estágio II (68 h/a)	136
Carga horária do estágio prático – Estágio I (172 h/a) Estágio II (172 h/a)	344
Carga horária total do estágio	480

QUADRO 2 – CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – EDUCAÇÃO BÁSICA

Estágio Supervisionado I					
Número de Aulas	Observ.	Partic.	Prepar.	Direção	Total
Educação Infantil	2	12	10	30	54
Ensino Fundamental					
➤ 1ª ao 5ª	2	15	10	40	67
Educação de Jovens e Adultos	2	6	5	12	25
Reuniões Pedagógicas		10			10
Total					156

Estágio Supervisionado II					
Número de Aulas	Observ.	Partic.	Prepar.	Direção	Total

8 Considerado toda a carga horária prática e teórico-prática à exceção do Estágio Curricular Supervisionado



➤ 6ª a 9ª	2	15	10	40	67
Ensino Médio	2	15	10	20	47
Educação Especial / Ed. de Jovens e Adultos - outros	2	6	12	12	32
Administração Escolar		10			10
				Total	156
Total Geral	12	89	57	154	312

QUADRO 3 – CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ATIVIDADES NÃO-CONVENCIONAIS

Estágio Supervisionado I		
Atividades	Carga-Horária	Carga-horária Total
Visitas e Palestras / Outros	16	16
Estágio Supervisionado II		
Atividades	Carga-Horária	Carga-horária Total
Visitas e Palestras / Outros	16	16
	Total	32

10.2. Estágio Supervisionado Não-Obrigatório

Desenvolvido de acordo com a legislação específica da UEM.

11. Internato

Não se aplica

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC (Resolução nº 090/2005-CEP)

13. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - AAC's (Resolução nº 021/1997-CEP)

Serão consideradas atividades acadêmicas complementares, em consonância com a Resolução CEP nº 021/1997, de 02/04/1997 (anexo V), aquelas que proporcionarem o enriquecimento curricular do ponto de vista científico e cultural. Essas atividades para serem reconhecidas precisam ser aprovadas pelo colegiado do curso.

Os alunos poderão completar, no máximo, 70% da carga horária exigida de AAC com uma única atividade, devendo realizar outras atividades para cumprir o que faltar.

Poderão ser atividades acadêmicas complementares:

- Monitoria (máximo de 68 h/a);
- Projeto de iniciação científica (máximo de 200 h/a);
- Projeto de pesquisa (máximo de 200 h/a);
- Projeto de extensão (máximo de 100 h/a);
- Projeto de ensino (máximo de 68 h/a);
- Cursos realizados em outras áreas (máximo de 68 h/a);
- Participação em eventos científicos (máximo de 68 h/a por evento);

.../



- Participação em eventos culturais-artísticos (máximo de 68 h/a por evento);
- Participação em eventos científicos, culturais-artísticos como ouvinte (máximo de 4 h/a por evento);
- Estágio curricular não-obrigatório (máximo de 68 h/a);
- Outras atividades.

Por cursos especiais entendam-se: a) aqueles oferecidos pela Resolução nº 014/2000-CEP; b) prática desportiva, gímnica ou artística ofertadas pela UEM ou instituição conveniada ao DEF; e c) as disciplinas optativas, constantes na matriz curricular do curso, que forem cursadas excedendo ao mínimo exigido na formação do acadêmico.

Por eventos entendam-se: a) os eventos técnico-científicos e esportivos ofertados pelo DEF, incluídos aqueles oficializados na forma de evento de extensão; os congressos da área em nível nacional de determinado campo do conhecimento da Educação Física ou áreas afins; c) demais cursos, congressos, torneios e festivais afetos à área e ofertados por instituições de ensino superior ou pelo poder público nas esferas municipal, estadual ou federal.

As ACC deverão ter estrito relacionamento com o conhecimento específico de que trata cada uma das formações (graduado e licenciado) oferecidas pelo Departamento de Educação Física.

O acadêmico deverá integralizar sessenta por cento das 200 horas de carga horária de ACC até o final do segundo ano de formação, havendo acompanhamento anual do Colegiado de Curso por meio de formulário específico. Para efeito de validação da carga horária das ACC pelo Colegiado de Curso serão consideradas, no máximo, 34 horas por item/ano.

Para proporcionar tais atividades o Departamento vem promovendo diversos eventos, como Congressos, Simpósios, Seminários, Cursos, Palestras, Mini-cursos e Excursões didático-pedagógicas.

14. APOIO AO ALUNO

A coordenação do Curso, contando com a infra-estrutura disponível na UEM, vem oferecendo apoio aos alunos do curso por diversas formas, visando o seu conforto físico e psicológico, com o propósito de melhorar o aproveitamento do curso.

O aluno com maior dificuldade conta com o Programa de Formação Inicial (ProInício), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, que tem como objetivo propiciar ao aluno dos cursos de graduação conhecimentos básicos, nas áreas de língua portuguesa, matemática, informática ou em outras que se fizerem necessárias, indispensáveis ao bom desenvolvimento de seus estudos universitários, e busca consolidar e ampliar conhecimentos, enriquecendo experiências e ajudando os alunos a vencer obstáculos, favorecendo o sucesso do seu aprendizado (para posterior desenvolvimento no curso).

A Diretoria de Assuntos Comunitários da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários presta assistência aos alunos, e conjuntamente com a Pró-Reitoria de Ensino promove orientação sobre os diversos programas de apoio desenvolvidos pela Universidade, tais como:

Bolsa Trabalho

Este programa tem por finalidade possibilitar que o aluno realize estágio em atividades administrativas relacionadas ao seu curso na UEM, adquirindo novos conhecimentos, sendo remunerado pelas horas trabalhadas. O Programa é administrado

.../



pela Diretoria de Assuntos Comunitários, cujas inscrições são realizadas na primeira quinzena do período letivo.

Bolsa Monitoria

A atividade de monitoria visa atender os seguintes objetivos:

- oportunizar ao aluno monitor a experiência com o processo ensino-aprendizagem;
- auxiliar na execução dos programas para melhoria do aprendizado;
- servir como elo entre professores e alunos.

O aluno interessado no programa deve fazer sua inscrição no departamento pertinente, em época estabelecida em calendário acadêmico. O monitor bolsista recebe uma bolsa monitoria e certificado ao final, além de ter a carga horária desenvolvida registrada em seu histórico escolar como Atividade Acadêmica Complementar. O monitor voluntário, sem remuneração, tem direito ao certificado e implantação em histórico escolar da Atividade Acadêmica Complementar.

Bolsa Iniciação Científica e Bolsa Pesquisa

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação administra dois Programas de Iniciação Científica: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Convênio CNPq/UEM e o Programa de Bolsa Pesquisa PPG/UEM, cujo objetivo é despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre acadêmicos integrantes do segundo ao penúltimo ano do curso, mediante sua participação em projetos de pesquisa. As bolsas são concedidas anualmente, por um período de 12 meses.

Bolsa - Ensino

Este programa tem por objetivo incentivar a participação de discentes em projetos de ensino, os quais recebem remuneração pelas horas desenvolvidas no projeto, cuja carga horária máxima a ser paga é de 8 horas semanais. O Programa é administrado pela Diretoria de Ensino de Graduação.

Bolsa - Extensão

O Programa Bolsa-Extensão, coordenado pela Diretoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, tem por finalidade incentivar a participação do discente em atividades extensionistas, sob a orientação do professor integrante da carreira docente da UEM, tal atividade deve ser realizada através do desenvolvimento de projetos próprios ou mediante sua participação em projetos propostos pelos Departamentos. O processo de seleção à Bolsa-Extensão é realizado no início de cada ano letivo para acadêmicos atuantes em projetos de extensão no ano anterior.

Bolsa do Programa de Educação Tutorial - PET

O programa PET/CAPES destina-se a propiciar condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades acadêmicas intensivas a grupos selecionados de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas. Tem como objetivo o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, com maior atuação dos bolsistas, integrando os alunos com os discentes e docentes da Instituição e favorecendo, ainda, a integração das três dimensões que caracterizam as funções básicas da Instituição: ensino, pesquisa e extensão. O bolsista PET recebe uma bolsa mensal, da Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC, durante o período em que o mesmo estiver vinculado ao

.../



Programa. É administrado pela Pró-Reitoria de Ensino.

Auxílio Alimentação

O Auxílio Alimentação é oferecido aos acadêmicos carentes, que, a partir de uma seleção dedicam 10 horas semanais de trabalho em troca de todas as refeições no Restaurante Universitário. As inscrições são efetuadas na Diretoria de Assuntos Comunitários - DCT, na primeira quinzena do período letivo, sendo necessários para a inscrição xérox dos comprovantes de renda familiar e dos documentos pessoais.

Restaurante Universitário

Atendimento aos alunos com cardápio variado com acompanhamento de nutricionista. O horário de atendimento ao público é das 11h às 13h e das 18h às 19h30min, de segunda à sexta-feira e aos sábados é oferecido somente almoço. No atual momento está passando por um processo de reforma.

Estudante Mensalista do Restaurante Universitário

Os acadêmicos que realizam uma ou duas refeições diariamente no RU podem utilizar-se deste benefício que os auxilia no orçamento, pois oferece um preço abaixo da categoria Estudante Avulso. Para adquirir os tickets desta categoria é necessária a apresentação do Registro Acadêmico.

Atendimento Psicológico

Caso o acadêmico enfrente alguma dificuldade para adaptar-se ou integrar-se ao seu curso ou a comunidade na qual convive, ou apresentar algum problema de origem psicológica ligado a si próprio, sua família, ou com pessoas de seu convívio, deve procurar a Diretoria de Assuntos Comunitários para orientação ou encaminhamento com a equipe de psicólogos disponíveis para esse atendimento.

Programa de Prevenção e Tratamento ao Dependente Químico - PROVENT

A Diretoria de Assuntos Comunitários conta com um grupo de profissionais da saúde (médicos, psicólogos e assistentes sociais) que atende aos acadêmicos e servidores da UEM, com problemas de dependência química (álcool, tabagismo, maconha, cocaína, crack etc.). O programa oferece a todos os dependentes químicos, assistência necessária (física, mental e social), além do atendimento e orientação aos familiares. Este programa tem como objetivo, prevenir, identificar e encaminhar tratamento. Os estudantes são incentivados a procurarem a Diretoria indicando algum conhecido dentro da comunidade universitária com problema de dependência química, com o objetivo de lhe proporcionar uma qualidade melhor de vida.

Serviço Social

Se a necessidade do acadêmico se enquadra como uma “questão social”, se está enfrentando alguma dificuldade ou problema e não sabe como ou a quem recorrer, a Diretoria de Assuntos Comunitários e a Unidade de Psicologia Aplicada (para familiares) conta com Assistentes Sociais, cujo objetivo é contribuir para com o atendimento das necessidades e expectativas dos acadêmicos, visando à melhoria da qualidade de vida e da produção acadêmica, através do exercício da cidadania.

.../



Farmácia Ensino

A farmácia-ensino oferece estágio supervisionado para acadêmicos do 4º ano do curso de Farmácia além de prestar assistência farmacêutica à comunidade universitária através do farmacêutico responsável e dos estagiários.

Ambulatório Médico

Oferece aos acadêmicos consultas médicas, consultas/procedimentos de enfermagem, assistência social, acompanhamentos psicológicos, educacionais, atendimento de urgência, encaminhamentos (se necessário), e exames ou laudos médicos exigidos pela Instituição.

Hospital Universitário Regional - HUM

Localizado no Setor de Saúde do Câmpus Universitário, o HU presta atendimento médico diuturnamente (24 horas por dia). Profissionais especializados atendem na área de ortopedia, pediatria, clínica geral, cirurgia, ginecologia e obstetrícia, oferecendo ainda internamento clínico, pediatria, clínica cirúrgica, e ginecologia e obstetrícia.

Clínica Odontológica

A Clínica Odontológica presta atendimento odontológico à comunidade em geral, preferencialmente os mais carentes, em todas as áreas da odontologia. O atendimento ocorre inicialmente por inscrição em período previamente divulgado através de rádio, televisão e jornal, e, após por avaliação sócio-econômica e odontológica, passando a aguardar vaga, conforme a demanda existente.

Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade - Propae

O Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade (PROPAE) foi criado com o objetivo de possibilitar o encontro dos profissionais, a coordenação e a elaboração de atividades que levem ao fortalecimento da área de Educação Especial em nível institucional.

O PROPAE mantém uma Comissão Permanente de Apoio aos Alunos Portadores de Necessidades Especiais, com o objetivo de proporcionar as condições de permanência na UEM, de acadêmicos com necessidades especiais, buscando para tal, convênios com entidades como o Centro de Vida Independente (CVI), que vêm contribuindo com os trabalhos da comissão, seja através de assessoria, seja através do empréstimo de equipamentos especializados.

Os acadêmicos que necessitem dos serviços ofertados, que quiserem realizar trabalhos voluntários ou mesmo participar dos diversos projetos e grupos de estudos, podem procurar o PROPAE que funciona no Núcleo de Educação para o Trabalho da UEM.

Escritório de Aplicação do Curso de Direito - EAD e Serviço de Assistência Judiciária - SAJ

O EAD é destinado ao atendimento dos acadêmicos do 4º e 5º anos do curso de Direito, no que se refere ao Estágio Curricular. Vinculado a ele está o SAJ, através do qual se prestam serviços a pessoas carentes, em termos de orientação sobre questões judiciais.

.../



Instituto de Línguas - ILG

O ILG oferece cursos regulares de Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Espanhol e cursos especiais como o preparatório para os exames das Universidades de Cambridge e Salamanca, Conversação, Fonologia em língua inglesa; bem como serviços de tradução e versão nos diversos idiomas.

Consultorias Júnior

São associações civis, sem fins lucrativos, constituída essencialmente por alunos de graduação, que prestam serviços de consultoria e desenvolvem projetos para empresas, entidades e sociedade em geral, nas áreas de atuação, sob supervisão de professores.

Tem como objetivos:

- proporcionar aos seus membros as condições necessárias para aplicação prática dos seus conhecimentos teóricos, relativos à área de formação profissional específica;
- assessorar a implantação de soluções indicadas para os problemas diagnosticados;
- intensificar o intercâmbio empresa-escola, facilitando a absorção dos futuros profissionais no mercado de trabalho;
- desenvolver o espírito empreendedor de seus membros e dar contribuição à sociedade via prestação de serviços nas suas áreas de atuação.

As Empresas Junior de Consultoria existentes na UEM têm surgido com o objetivo básico de proporcionar uma formação profissional aos alunos dos cursos de graduação, dando-lhes uma complementação prática e desenvolvendo-lhes a criatividade e a iniciativa, além de oferecer à sociedade, ao mesmo tempo, serviços de consultoria e assessoria em diversas áreas do conhecimento.

Cursos de Extensão

Por meio da Pró-Reitoria de Cultura, são desenvolvidos cursos, eventos e projetos de extensão universitária, propostos por discentes ou docentes, bem como cursos e atividades na área artística e cultural, bem como a produção artística através dos grupos pertencentes à Diretoria de Cultura.

Intercâmbios

A UEM, por meio de seu Escritório de Cooperação Internacional - ECI, oferece aos alunos oportunidade de participar de programas de mobilidade Estudantil.

Práticas Desportivas e Recreativas

O aluno tem também, por meio da Coordenadoria de Desporto e Recreação (CDR), vinculada ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, a oportunidade de praticar e desenvolver, gratuitamente, diversas atividades esportivas e exercícios físicos.

15. ATIVIDADES DE TUTORIA/MONITORIA

(Resolução nº 016/1994-CEP – Bolsa Ensino)
(Resolução nº 014/2009-CEP - Monitoria)

.../



16. MECANISMOS DE INTERAÇÃO DOCENTES/ALUNOS/TUTORES

A interação ocorre por meio digital, pela página do Departamento, na qual os alunos têm acesso aos e-mails dos docentes, a pesquisas desenvolvidas no Departamento, a links de notícias referentes a editais de fomento à pesquisa, de publicações, a eventos promovidos, entre outras informações.

Com relação a informações acadêmicas, a Diretoria de Assuntos Acadêmicos disponibiliza-as por meio de e-mail institucional e pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, os quais são acessados pelo “Menu do Aluno”, disponível em www.daa.uem.br.

Existem iniciativas isoladas nas redes sociais, que quantitativamente são significativas, porém carecem de articulação e sinergia.

17. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TICs DISPONÍVEIS

A UEM dispõe de equipamentos de multimídia e acesso à rede de internet em todas as salas de aulas do Câmpus Sede.

18. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

O Material Didático Institucional pode ser consultado na biblioteca central da UEM (www.bce.uem.br)

19. ACOMPANHAMENTO E INCENTIVO AO ALUNO EGRESSO

Universidade oferece atividades que priorizem a recepção respeitosa aos acadêmicos, considerando a integridade e a individualidade dos calouros e ao mesmo tempo coibindo o trote violento.

A “Calourada” organizada pela Reitoria através da Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o Diretório Central dos Estudantes inclui shows musicais, palestras e debates, além de oficinas de artesanato. Tais atividades são pensadas para promoverem um espaço de integração e convívio na comunidade acadêmica.

Com vistas ao pedagógico os acadêmicos contam com o Programa de Formação Inicial (ProInício) também vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e tem como objetivo propiciar aos acadêmicos dos cursos de graduação conhecimentos básicos, nas áreas de língua portuguesa, matemática, informática ou em outras que se fizerem necessárias, indispensáveis ao bom desenvolvimento de seus estudos universitários. As atividades desenvolvidas pelo programa visam minimizar a evasão nos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, reduzir os índices de reprovação em determinadas áreas de conhecimento, pelo reforço nas áreas objeto deste Programa. Esta ação busca consolidar e ampliar conhecimentos, enriquecendo experiências e ajudando os acadêmicos a vencer obstáculos, favorecendo o sucesso do seu aprendizado.

.../



20. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, define, em seu Artigo 1º, como “um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”.

A estrutura da Universidade Estadual de Maringá, previa o acompanhamento do projeto pedagógico do curso pelo Conselho Acadêmico do Curso, que exercia a coordenação didática do projeto, conforme disposto nos Artigos 56 e 59 do seu Regimento Geral.

Segundo o Parecer da CONAES nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, e alerta que as instituições não deverão confundir as atribuições dele com as do Colegiado do Curso, tendo em vista que o Colegiado tende a “ter um papel administrativo muito forte”, resolvendo questões como “a definição das necessidades de professores”, emitindo atestados, e ainda “passando pela administração ou acompanhamento do processo de matrícula”. Observe-se, no entanto, que na UEM estas funções administrativas são de competência do Coordenador de Curso, conforme estabelece o Artigo 60 do Regimento Geral, ficando restritas ao Conselho Acadêmico as atribuições de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico do Curso.

Desta forma, a UEM tem previsto o envolvimento de seu corpo docente em uma atuação específica no processo de concepção e consolidação de seus cursos de graduação, como requer a CONAES por meio de seus Conselhos Acadêmicos de Curso.

Contudo, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade decidiu por instituir o Núcleo Docente Estruturante na UEM, como requer a CONAES, o que se deu por meio da Resolução CEP nº 029/2013. O Departamento de Educação Física, por sua vez, regulamentou o NDE por meio de sua Resolução nº 73/2014 e indicou os seus membros, quais sejam:

1. Professor Dr. Decio Roberto Calegari
2. Professor Dr. Carlos Henrique Ferreira Magalhães
3. Professora Dra. Verônica Regina Muller
4. Professora Dra. Rosângela Aparecida Mello
5. Professor Dr. Dourivaldo Teixeira
6. Professor Dr. José Luiz Lopes Vieira
7. Professora M.Sc. Vera Felicidade Dias
8. Professor M.Sc. Ricardo Alexandre Carminato
9. Professora M.Sc. Paula Marçal Natali

21. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO PEDAGÓGICO

Com a promulgação do Parecer nº 009/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) Conselho Pleno (CP), a discussão das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, incluindo o Curso de Educação Física, tomou novos rumos, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores: a Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, a partir daquelas indicações.

.../



A formação de professores para atuar na Educação Básica, de acordo com o referido Parecer, deve ser realizada em curso de licenciatura plena. “Desta forma, a licenciatura ganhou, como determina a nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo “3+1” (Parecer nº 009/2001 CNE/CP, p. 6).

Destacamos que este parecer imprime o entendimento de que educação é um elemento responsável pelo desenvolvimento das pessoas e da sociedade, imprescindíveis ao processo de transformações sociais. Também explicitou-se outras compreensões a respeito da educação escolar tornando clara a concepção de escola, de formação de professores (agente ativo e investigador de sua prática pedagógica, conhecedor de suas dificuldades e necessidades profissionais e pessoais frente ao ensino, por meio de uma formação continuada/permanente), de docência e de discência (aquele que reflete para além do técnico), que os cursos de licenciaturas devem adotar.

Tratando-se da organização curricular, podemos dizer que está contemplado no referido parecer a necessidade de buscar formas de organização do conhecimento para além das estipuladas nas disciplinas, além de promover atividades nas quais estejam presentes a inter-relação dos conhecimentos específicos com os gerais, a articulação entre teoria e prática, a comunicação entre formação continuada e inicial, contemplando a cultura geral e profissional.

Após extensas discussões realizadas no plano curricular pelo Departamento de Educação Física, a proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá foi elaborada para atender essas peculiaridades, pensando também na nossa realidade, considerando seu contexto institucional, suas características, interesses e necessidades da comunidade quer no plano docente, quer no discente. Foi estruturada a partir do conteúdo disponível, derivado tanto de investigações científicas como de experiências empíricas, considerando-se a Educação Física como uma prática social e pedagógica, que atualmente possui múltiplas tendências epistemológicas, nas quais podemos citar: cultura corporal, movimento humano, motricidade, entre outras; de marcante universalidade no quadro de uma educação permanente, capaz de contribuir para o envolvimento de sujeitos autônomos, críticos e participativos no contexto social. Baseando-se na concepção de Educação Física acima mencionada que aponta para a perspectiva do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá; na avaliação do currículo em vigor; e, nas normas legais - destacando o Parecer CNE/CP 009/2001, aprovado em 08/05/2001, este projeto está estruturado partindo dos pressupostos relativos à formação ampliada, formação específica que contempla entre outros autores a produção acadêmica e científica do corpo docente deste Departamento (OLIVEIRA, 1988 e 1999; MARTINELLI, 2001; BARBOSA e RINALDI, 2005; RIBEIRO, 2003; PIROLO; TEIXEIRA, 2005).

O curso de licenciatura está norteado por seis eixos curriculares, fundamentado no Parecer CNE/CES 0058/2004, relativos às dimensões do conhecimento, com vistas à formação ampliada:

- relação ser-humano e sociedade;
- biológica do corpo humano; e,
- produção do conhecimento científico e tecnológico.

A formação específica, que abrange os conhecimentos identificadores da

.../



Educação Física, contemplará as seguintes dimensões:

- cultural do movimento humano;
- técnico-instrumental; e,
- didático-pedagógica.

A proposta pedagógica do Curso de Educação Física, portanto, está organizada em torno de eixos curriculares. A existência destes eixos está relacionada à criação de espaços coletivos de discussão e ações que tornem transparentes a relação entre a prática e a teoria, entre a forma e o conteúdo, entre o saber e o fazer dentro de uma visão histórica. Desta forma, os eixos curriculares atuam no sentido de criar um campo de ação no qual, mantidas as características específicas de cada componente curricular, seu conteúdo e método próprios, bem como o ritmo e características de cada professor, propostas coletivas possam ser desenvolvidas por conjunto de professores, de turmas, de alunos. Por outro lado, os eixos curriculares servem também para balizar e selecionar os conteúdos essenciais a serem desenvolvidos em cada componente curricular, propiciando aos alunos os conhecimentos estruturais e fundamentais para a sua vida na sociedade atual e para o exercício de determinadas atividades. Neste sentido, os conteúdos derivarão destes eixos posto que formarão assim, uma proposta pedagógica coerente.

O Parecer CNE/CP 009/01 apresenta questões a serem enfrentadas na formação de professores nos campos institucional e curricular que vêm sendo discutidas nas últimas duas décadas, refletidas na produção científica que trata desta temática.

No campo institucional, faz menção a quatro aspectos: segmentação da formação dos professores e descontinuidade na formação dos alunos da Educação Física; submissão da proposta pedagógica à organização institucional; isolamento das escolas de formação; distanciamento entre as instituições de formação de professores e os sistemas de ensino da educação básica.

No campo curricular cita a descon sideração do repertório de conhecimento dos professores em formação; tratamento inadequado dos conteúdos; falta de oportunidades para desenvolvimento cultural; tratamento restrito da atuação profissional; concepção restrita de prática; inadequação do tratamento da pesquisa; ausência de conteúdos relativos às tecnologias da informação e das comunicações; descon sideração das especificidades próprias dos níveis e/ou modalidades de ensino em que são atendidos os alunos da educação básica; descon sideração das especificidades próprias das etapas da educação básica e das áreas do conhecimento que compõem o quadro curricular na educação básica.

Diante desta realidade, a formação inicial do Curso de Licenciatura em Educação Física deve dar conta de articular os conhecimentos pertinentes à área ao longo do processo desta formação.

Podemos destacar a necessidade de articular os diferentes âmbitos de conhecimento profissional, contrapondo-se as formas tradicionais concentradas exclusivamente em cursos de disciplinas e instituindo tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalhos supervisionados, grupos de estudos, entre outros, promovendo aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens diferenciados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício de diferentes conhecimentos a serem desenvolvidos.

Outro aspecto refere-se à interação e comunicação e o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional por meio de ações compartilhadas de produção coletiva, ampliando diferentes respostas às situações reais de forma que os futuros

.../



professores possam exercer e desenvolver sua autonomia profissional e intelectual e o seu senso de responsabilidade, tanto pessoal quanto coletiva — base ética profissional. Desta forma, a escola de formação deverá criar dispositivos de organização curricular e institucional que favoreçam sua realização.

A disciplinaridade e a interdisciplinaridade devem estar contempladas por meio de estudos disciplinares que possibilitem a sistematização e o aprofundamento de conceitos e suas relações com as diferentes áreas do conhecimento, pautadas na indagação e na reflexão críticas destes conhecimentos, vistas a uma intervenção pedagógica transformadora.

Cumprido ressaltar que a formação comum e a formação específica, ou seja, a docência e a partir dela as particularidades da área da Educação Física, devem ser concretizadas no espaço escolar em seus campos específicos, tais como: crianças e jovens em situação de risco; jovens e adultos; escolas rurais e classes multisseriadas; educação especial e educação indígena.

A articulação dos conhecimentos a serem ensinados e os conhecimentos educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa, bem como as dimensões teóricas e práticas de forma a possibilitar a transformação dos objetos de conhecimento em objetos de ensino, superando o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento. Neste sentido, para articular a teoria e a prática necessário se faz compreender que todo o fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica em fazer, o que permite considerar que no processo de construção de sua autonomia intelectual, o professor, além de saber e de saber fazer deve compreender o que faz.

Os pressupostos apresentados constituem-se nos princípios norteadores do Curso de Licenciatura em Educação Física da UEM e orientam as ações a serem desenvolvidas no âmbito da formação de professores.

22. INFRAESTRUTURA E RECURSOS BÁSICOS

Os acadêmicos do curso de Educação Física têm acesso às infraestruturas disponibilizadas para a comunidade acadêmica da Universidade, sendo os principais itens listados a seguir.

- 1 Bloco de Sala de Aulas
- 1 Bloco Administrativo onde também funcionam as salas de Professores
- 6 Laboratórios multiuso destinados aos Grupos de Pesquisa da Pós-graduação.
- 4 Campos de Futebol
- 1 Pista de Atletismo
- 1 Piscina Aquecida
- 2 Quadras de Tênis
- 1 Ginásio Poliesportivo
- 1 Ginásio de Ginásticas e Lutas
- 1 Quiosque com área de convivência e cantina
- 1 Sala de Rítmica
- 1 Almoarifado de Materiais Esportivos
- 1 Almoarifado de Cadeiras de Rodas Esportivas
- 1 Almoarifado de Materiais de Ginásticas e Lutas
- 1 Quadra Externa de Cimento

.../



Biblioteca

Infraestrutura:

A Biblioteca Central da Universidade possui cerca de 13.200 m², com espaços para o Acervo Geral, Periódicos e Hemeroteca, Videoteca, Coleções Especiais e Multimeios, áreas de estar e de circulação, Salas de Leitura, de Projeção de Vídeo e de Microcomputadores, entre outros.

A coleção geral da BCE é composta pelos seguintes acervos: coleções de obras de referência, obras raras e especiais, livros, folhetos, publicações periódicas e seriadas, jornais, teses, publicações oficiais, mapas, manuscritos, CD-ROM, Fitas de vídeo, DVD, partituras, microfichas, diapositivos, diafilmes, disquetes, etc.

A Biblioteca possui o Software Virtua da VTLIS, Inc - Universidade da Virgínia, específico para bibliotecas. Os recursos disponíveis para pesquisa: Catálogo on-line - UEM; Biblioteca Digital - UEM; Periódicos - CAPES; SciFinder; Cadastro SciFinder; Publicação da UEM; Bases on-line e Tutorial bases on-line.

Os serviços disponibilizados pela Biblioteca são:

- Orientação aos novos usuários quanto ao uso e normas da biblioteca;
- atendimento e orientação a comunidade universitária e externa na solicitação dos serviços e acervos da Biblioteca Central;
- empréstimos domiciliares, devolução e renovação aos usuários da comunidade acadêmica (UEM);
- empréstimo interbibliotecário;
- orientação quanto a normalização bibliográfica de trabalhos científicos;
- elaboração de levantamentos bibliográficos no Portal da Capes e outras Bases de Dados Bibliográficos, bem como o treinamento para a sua utilização;
- exposições permanentes das obras recém adquiridas;
- preservação e restauração da coleção geral da Biblioteca Central;
- acesso a documentos eletrônicos, disponibilizando bases de dados via on-line;
- COMUT: sistema de reprodução de cópias, seguindo a lei de direitos autorais;
- elaboração da Catalogação na Publicação;
- Biblioteca Virtual Química/Engenharia Química: Referência de materiais na área de Engenharia Química e Química existentes na Universidade Estadual de Maringá;

- Portal CAPES: O portal PERIODICOS - CAPES. é uma ferramenta que facilita as pesquisas bibliográficas, através de bases de dados referenciais, resumo e texto completo, permitindo o acesso a um conjunto expressivo de periódicos estrangeiros. Além de facilitar e agilizar as pesquisas, o portal democratiza o acesso a informação científica a toda comunidade acadêmica, professores e alunos, das Instituições contempladas, dentre elas a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

.../



Funcionamento, atendimento e serviços

De segunda à sexta-feira das 7h30min às 22h30min e aos sábados das 7h30min às 17h: 30min

Bibliografia e Periódicos

Disponível no site: www.bce.uem.br

Recursos Audiovisuais

A UEM dispõe de equipamentos de multimídia, com data show e acesso à rede de internet em todas as salas de aulas do Câmpus Sede.

Quadro de agentes universitários

O Departamento de Educação Física conta com dois servidores para dar atendimento às necessidades do Curso que atua na Secretaria do DEF, Bloco M06, e um servidor em Ivaiporã, conforme listado no Anexo XI.

Laboratórios e equipamentos de informática disponíveis para o alunado

A Universidade disponibiliza a seus acadêmicos equipamentos de informática em laboratórios instalados conforme segue:

- Biblioteca Central, com aproximadamente 6m² e a disponibilidade de oito microcomputadores, com acesso à internet.
- Bloco 110, com cinco Laboratórios, cada qual com aproximadamente 50 m², 21 microcomputadores com acesso à internet, Projetor Multimídia, Tela de Projeção e Quadro Branco.
- Laboratório sala 03, que conta com aproximadamente 20 computadores com acesso a internet, caixas de som, ar condicionado, suporte para uso de projetor multimídia e acessórios para sua instalação, e possui aproximadamente 60 m²